

ESTRATÉGIAS DO PROGRAMA EVASÃO NOTA ZERO NO TOCANTINS: A REVERBERAÇÃO NO CONTEXTO PANDÊMICO

STRATEGIES OF THE ZERO ESCAPE PROGRAM IN TOCANTINS: THE REVERBERATION IN THE PANDEMIC CONTEXT

Seila Alves Pugas 1
Philippe Lira de Carvalho 2
Idemar Vizoli 3

Resumo: O acesso à escola é um direito assegurado na Constituição Federal de 1988. A pandemia do coronavírus 19 provocou a evasão dos adolescentes a escola. A problemática da evasão demandou ações e estratégias de busca ativa. A pesquisa tem por objetivo identificar as estratégias utilizadas pelas Diretorias Regionais de Educação, Juventude e Esportes do Tocantins (DREJE) para garantir o acesso e a permanência dos discentes da Educação Básica nas escolas, durante o período da Covid-19, no ano letivo 2020. Trata-se de uma abordagem qualitativa que pautou na revisão bibliográfica, análise documental do Relatório interno da Diretoria de Gestão da Educação Básica (DGEB) de Estado do Tocantins (2021) e Programa Evasão Escolar Nota Zero (PEENZ). Os resultados apontam estratégias para o enfrentamento à evasão, como a criação de Comitê da Busca Ativa, formação continuada a equipe escolar, monitoramento da frequência escolar e ações de busca ativa no Projeto Político Pedagógico (PPP).

Palavras-chave: Programa Evasão Escolar. Busca ativa. Tocantins.

Abstract: Access to school is a right guaranteed in the Federal Constitution of 1988. The coronavirus 19 pandemic caused teenagers to evade school. The problem of evasion demanded actions and active search strategies. The research aims to identify the strategies used by the Regional Boards of Education, Youth and Sports of Tocantins (DREJE) to guarantee the access and permanence of Basic Education students in schools, during the Covid-19 period, in the academic year 2020. It is a qualitative approach that was based on the bibliographic review, document analysis of the Internal Report of the Basic Education Management Board (DGEB) of the State of Tocantins (2021) and the School Evasion Nota Zero Program (PEENZ). The results point to strategies for coping with dropout, such as the creation of an Active Search Committee, continuing education for school staff, monitoring of school attendance and active search actions in the Political Pedagogical Project (PPP).

Keywords: School Evasion Program. Active Search. Tocantins.

- 1 Mestra em Educação (UFT). Graduada em Pedagogia. Professora no Centro Universitário (Unitop). Coordenadora de Pesquisa e Extensão da Escola Superior do Ministério Público Estadual do Tocantins. Técnica em Educação na Gerência de Gestão Pedagógica (SEDUC-TO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2607812889241792>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6515-4436>. E-mail: seilapugas@gmail.com
- 2 Doutorando em Desenvolvimento Regional (UFT). Mestre em Gestão de Políticas Públicas (UFT). Graduado em Direito (UFT). Graduado em Pedagogia pela Faculdade Intervale. Policial militar do estado do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0968409724103588>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4778-4274>. E-mail: lirapmto@gmail.com.br
- 3 Doutor em Educação Matemática (UFPR). Mestre em Educação (UFSC). Graduado em Matemática pela Universidade do Contestado. Graduado em Ciências Naturais (UNIJUI). Professor Associado da Universidade Federal do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2358634787077252>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7341-7099>. E-mail: idemar@uft.edu.br

Introdução

A pandemia do novo coronavírus vem, ao mesmo tempo, como um agravante e um revelador desse complexo sistema de exceção que atinge com especial força os Estados colonizados do Hemisfério Sul, ao mesmo tempo, há a percepção de que é possível uma outra forma de vida, à qual a ideologia dominante tem impossibilitado enxergar. A respeito disso, Boaventura (2020) afirma cai por terra a ideia conservadora de que não há escolha com relação a forma de vida imposta hipercapitalismo em que se vive.

A discussão sobre esta nova perspectiva de vida passa por pensar e repensar a Educação e seus diversos recortes e desdobramentos. A pandemia traz a lume a invisibilidade e coloca no debate cotidiano do espaço público as mazelas advindas das enormes desigualdades existentes no Brasil, ao que Boaventura (2020) denomina transparência, a descobertura do véu de opacidade que impede de apreender o cotidiano da maioria da população, os cidadãos comuns.

A Pandemia do Coronavírus traz uma realidade que opera com especial força no cotidiano do profissional da educação. Com isso, no Brasil foram tomadas várias medidas como a flexibilização dos dias letivos da educação básica e a autorização para ensino remoto, com isso, muitos tiveram que se adaptar à:

Produção frenética de ações para enfrentar os desafios de uma mudança repentina, como, por exemplo, para administradores de escolas e universidades, para famílias com crianças pequenas confinadas em casa, para professores pressionados para a produção de atividades remotas sem dispositivos ou formação adequados (MIARKA, MALTEMPI, 2020, p.3).

Dados da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) apontam que o fechamento das escolas levou a que em novembro de 2020 aproximadamente 1,5 milhão de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos fossem afastados da escola, adiciona-se a este primeiro dado 3.7 milhões que ficaram sem aulas no período. Ainda há aqueles que tiveram acesso diminuído, ou mesmo com a plenitude do acesso virtual não conseguiram realizar estudos autônomos e foram também abalados emocionalmente e pedagogicamente (UNICEF, 2021).

Em novembro de 2020, portanto ao final do ano letivo, 5.075.294 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos estavam fora da escola ou sem atividades escolares, o que corresponde a 13,9% dessa parcela da população em todo o Brasil (UNICEF, 2021, p.1).

É indispensável que se repense a exclusão escolar e a evasão dos estudantes como assunto de máxima urgência social. Este estudo, teve como objetivo identificar as estratégias utilizadas pelas Diretorias Regionais de Educação, Juventude e Esportes do Tocantins (DREJE) para garantir o acesso e a permanência dos discentes da Educação Básica nas escolas, durante o período da Covid-19, no ano letivo 2020. Portanto, a pesquisa justifica-se, pois, a evasão escolar trás as nuances dos diversos problemas sociais como a fome, a pobreza, as desigualdades sociais, dentre outros, que precisam ser tratados com muita atenção.

No decorrer do trabalho ficaram evidenciadas que ações articuladas de enfrentamento à evasão podem assegurar o acesso à educação de qualidade, no entanto, o processo de evasão escolar tem origem fundante no capitalismo neoliberal, excluindo muitos estudantes da escola. Ademais, esse fenômeno é uma discussão relevante e necessária no contexto social e educacional.

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo em vista que foram utilizados livros e artigos científicos, bem como relatório da Diretoria de Gestão da Educação Básica - DGEB (2021) e normas que versam sobre a temática. Além disso, a pesquisa se enquadra como qualitativa,

a qual segundo Fontana (2018) busca descrever a complexidade de determinado problema.

Os dados foram coletados durante o ano letivo de 2020 e foram compilados em 2021 no Relatório da DGEB, com vínculo na Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes (SEDUC) do Estado do Tocantins, na qual foram utilizados dados do Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE) do Tocantins.

Acesso e permanência na educação: desafios do contexto pandêmico

O direito à educação é um valor assentado na Constituição Federal de 1988 que garante a todos ensino gratuito e universal. Educação para a cidadania é um dever do estado e um direito do cidadão, devendo este conceito informar a política pública de organização do sistema nacional de educação. Da construção da rede de proteção social brasileira, e, portanto, da aquisição de direito à educação, passa por analisar que houve sucessivas formulações e reformulações do modelo fundado sequencialmente na vinculação dos indivíduos ao mundo do trabalho, e, portanto, correlacionadas com o padrão de reprodução social da sociedade salarial.

Por outro lado, essa educação universal deve ser inclusiva, equitativa e de qualidade de forma a prover aprendizado contínuo ao longo da vida de todos os cidadãos, para tanto, a educação não pode ser dissociada de outros fatores sociais como forma de assegurar esse acesso e sua permanência. Nos ensinamentos de Pugas, Carvalho e Barbosa (2021), o problema da evasão escolar não afeta somente à educação, mas também afeta diversos setores da sociedade, entre eles, os provocam à vulnerabilidade social.

Na pandemia, a maioria das escolas estão buscando estratégias para assegurar o direito à educação. Dentre as estratégias: tutoria e reforço escolar para mitigar a defasagem, engajamento dos estudantes com o Projeto de vida, mensagens de incentivo ao retorno às aulas pelos mais diversos meios, com os grupos de WhatsApp, carro de som e materiais impressos.

No âmbito da UNICEF tem o projeto “Fora da Escola Não Pode”, uma metodologia da Campanha Busca Ativa Escolar, cujo objetivo é fundir esforços entre os entes federados e sociedade civil.

Segundo Nóvoa (2020), a pandemia tornou visível o declínio do modelo escolar, algo que os historiadores vinham assinalando há vários anos, e a necessidade de abrir um novo tempo na vida da escola. O autor, postula que a pandemia, acelerou a história e colocou-nos perante decisões que, agora são inevitáveis. Para tanto, é fundante uma profunda transformação da escola, que subjaz esforços, no sentido de entender que a educação não se esgota na escola, portanto, essa instituição precisa estabelecer novas ligações e compromisso, das famílias e da sociedade na educação de meninos e meninas.

Pesquisas realizadas pelo Atlas das Juventudes, sobre Juventudes e Pandemia do Coronavírus (2021), sinaliza alguns motivos para a evasão escolar. Dentre os fatores apontados estão: questões envolvidas ao financeiro e atividade profissionais/trabalho. Conforme elucida a Figura 1 a seguir:

Figura 1. Jovens não estudando: motivos para evasão

JOVENS NÃO ESTUDANDO: MOTIVOS PARA EVASÃO

Entre jovens que pararam de estudar, o principal motivo é financeiro e dificuldade de se organizar com o ensino remoto.
 Quanto mais velhos, maior o abandono por causa de questões envolvidas ao financeiro e trabalho. Entre mais novos, mais comuns são questões ligadas a obstáculos ou baixo engajamento com ensino remoto e conteúdos trabalhados.
 4 a cada 10 homens largaram os estudos devido a trabalho; 2 a cada 10 mulheres para cuidar de familiares, filhos ou gestação.

		Mulheres	Homens	15 a 17	18 a 24	25 a 29
Precisei ir ganhar dinheiro	21%	18%	25%	4%	19%	24%
Não consegui me organizar com o ensino remoto	14%	14%	14%	20%	16%	12%
Não estava aprendendo ou não gostava dos conteúdos	10%	10%	11%	18%	13%	8%
Precisei cuidar de filhos ou da gestação	10%	17%	1%	11%	8%	12%
Tive problemas saúde (ex.: depressão, covid-19, outras)	10%	10%	9%	12%	9%	10%
Não consegui conciliar estudo e trabalho	9%	6%	12%	6%	7%	11%
Não tinha recursos tecnológicos disponíveis	4%	4%	3%	2%	4%	3%
Precisei cuidar de outras pessoas da família	3%	3%	4%	2%	3%	4%
Não tinha aulas ou faltavam professores	2%	1%	2%	6%	2%	1%
Não estava me sentindo acolhido(a) / Discriminação	2%	2%	2%	1%	2%	2%
Não tinha de apoio da família	1%	1%	1%	0%	2%	1%
Já estudei o quanto queria	1%	0%	1%	3%	1%	0%
Outro motivo	14%	15%	13%	15%	15%	14%

Fonte: Juventudes e a pandemia do coronavírus (2022).

Segundo o estudo citado, a saída dos estudantes das escolas está relacionada às questões de ordem social, econômica e cultural.

Evasão escolar nota zero: contexto e legislação

Para melhor compreensão deste trabalho é de suma importância elucidar alguns conceitos utilizados no Programa Evasão Escolar Nota Zero - PEENZ.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), que tem como missão auxiliar e financiar a elaboração de políticas educacionais visando contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. Ele é responsável pelas avaliações, exames e indicadores da Educação Básica e Superior, manutenção da biblioteca e arquivos da educação e realiza estatísticas educacionais, dentre outras coisas (INEP, 2020b, on-line).

Este Instituto realiza anualmente os censos educacionais, que “é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira” de acordo com o Portal Inep (2020a). Seu objetivo é promover uma conduta profissional adequada, a manutenção da qualidade das estatísticas e a melhoria contínua dos métodos e processos para a sua produção, tratamento, análise e disseminação.

As escolas, sejam elas públicas ou privadas, em conjunto com as secretarias municipais e estaduais do país precisam contribuir para sua realização. Para tanto, o procedimento de coleta de dados possui a etapa de Matrícula Inicial onde são levantadas informações acerca dos estabelecimentos, gestores, turmas, aluno se profissionais escolares, e a etapa de Situação do Aluno que informa sobre o movimento e rendimento escolar dos estudantes ao final do ano letivo (INEP, 2020a).

O levantamento de dados é realizado através do sistema Educacenso¹, que com ferramentas da web coleta, organiza, transmite e dissemina os dados censitários, mediante o cruzamento de informações da Escola, Gestor, Turma, Aluno e Profissional Escolar (INEP, 2020a). O dever desses

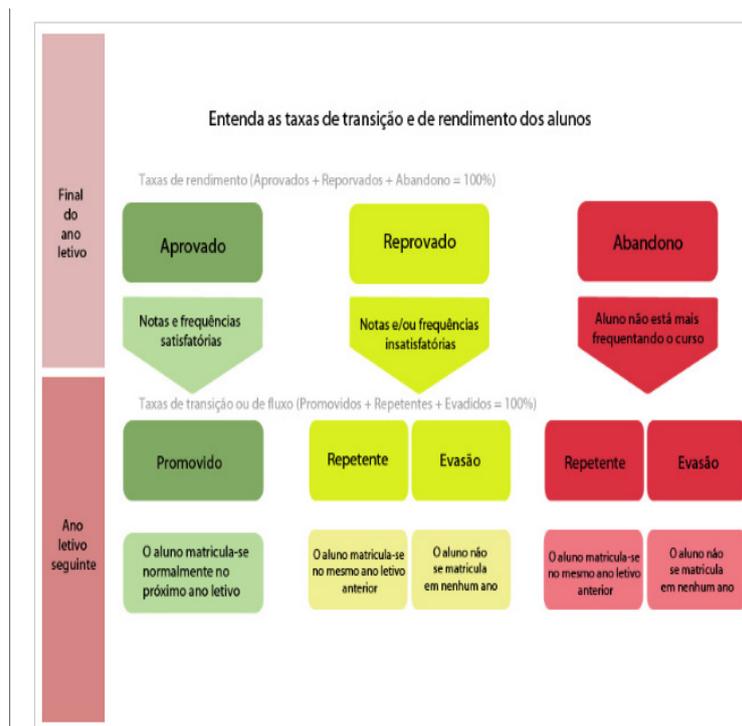
1 Sistema informatizado de levantamento de dados do Censo Escolar; em suas funções permite avaliar em tempo real a consistência das informações prestadas e disponibiliza relatórios com informações consolidadas da escola que possibilita a análise dos dados declarados (INEP, 2020a). Possui duas etapas: a primeira relacionada à estrutura da escola e dados dos alunos como nível socioeconômico, raça e sexo, e a segunda etapa são informadas a situação e movimentações dos alunos.

diversos atores está determinado em legislação vigente.

Um dos principais resultados da segunda etapa do censo escolar é a taxa de rendimento, referente cumprimento ou não dos requisitos de aproveitamento e frequência dos alunos. Através dela calcula-se o Indicador de Rendimento usada no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), segundo o QEDU Academia (2020).

A Figura 2 abaixo explica as taxas de transição e de rendimento dos alunos.

Figura 2 . Taxas de transição e de rendimento dos alunos



Fonte: Portilho (2012).

Enquanto a taxa de rendimento é dada pela soma da quantidade de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola ao final do ano letivo, a taxa de transição ou fluxo destaca a progressão dos estudantes entre anos letivos consecutivos e possui as parcelas de promoção, repetência e evasão (PORTILHO, 2012).

Ainda da Figura 2, é importante salientar a diferença de abandono e evasão escolar. No primeiro caso, o aluno deixa de ir às aulas no decorrer do ano letivo e não conclui a série por excesso de faltas. Se ele não retornar à escola no ano seguinte, ele passa a compor a estatística de evasão escolar.

Outro aspecto bastante importante é a distorção idade-série. De acordo com o Inep (2020c, on-line), “considera-se em situação de distorção idade-série todos os alunos que possuem idade superior à idade recomendada para a série frequentada”, sendo que a idade de 6 anos é considerada a idade recomendada para ingresso no 1º ano do ensino fundamental.

Dispondo dos resultados dos censos escolares, o Inep, secretários de educação, gestores, diretores, professores e auxiliares educacionais precisam elaborar as políticas públicas visando melhorar a qualidade e os resultados dos indicadores. Esta tarefa não é simples, pois envolve fatores sociais, econômicos e ambientais, bem como a participação de toda comunidade e famílias.

Ratier (2010) enfatiza o fato de o aluno ser o menor responsável pela evasão escolar. O risco social, o lugar de residência, a condição socioeconômica, as práticas escolares cotidianas, problemas de visão e a ideia de que a escola não tem serventia para mais nada, além de conquistar um diploma, são alguns dos fatores que contribuem para o abandono das instituições de ensino.

A escola de hoje necessita se remodelar constantemente para se adequar à realidade de seus discentes. Os currículos devem incluir o universo jovem, o modo de tratar a indisciplina deve

ser rediscutido, as reuniões pedagógicas mais frequentes, e tem que ser mapeado os problemas que levam às faltas.

As políticas públicas devem otimizar as comunidades, fornecendo ferramentas que reduzam o risco social, seja por meio de benefícios financeiros como o Bolsa Família, ou seja por meio de centros sociais que ofereçam atividades para o contraturno. Há muito trabalho para ser feito, não é fácil, porém depende da ação de todos os atores supracitados.

No âmbito legal a Seduc se instrumentaliza na Carta Magna de 1988, no Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, no Plano Estadual da Educação, 2015 – 2025, no Documento Curricular do Tocantins, no Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada e na Instrução Normativa (IN) nº 008, de 16 de outubro de 2020.

O Programa Evasão Escolar Nota Zero fundamenta-se nos documentos citados, sendo a instrução normativa nº 008/2020 que baliza a operacionalização respectivamente no âmbito da Seduc, Diretorias Regionais de Educação - DREs e escolas.

Os atores e suas funções no âmbito PEENZ

Como visto anteriormente, o Inep não age sozinho quando se trata de políticas públicas educacionais. Ele necessita da ação de diversos atores em diferentes esferas. O PEENZ estabelece algumas atribuições para estes.

À SEDUC cabe a parte burocrática, de formalização e normatização do programa, de designar as funções e acompanhar seu cumprimento, e analisar os relatórios bimestralmente.

Ao Diretor Regional de Educação foi designado a função de coordenar as unidades escolares, orientá-las, monitorá-las, articular as ações e recolher os registros de evasão mensalmente e articular a execução do programa com os conselhos escolares.

Já dentro de cada unidade escolar, diretores, docentes, coordenadores e orientadores receberam suas tarefas para formar a gestão compartilhada. Para melhor entendê-las vamos primeiramente compreender o que é cada função.

A função dos docentes está prevista na Lei nº 9.394 de 1.996, no artigo 13 na qual destacamos a participação na elaboração da proposta pedagógica adequada à realidade escolar, a definição das estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento e a auxiliar no relacionamento escola-família-comunidade. No PEENZ, os professores são responsáveis por iniciar a comunicação das faltas não justificadas, incluir estudantes no resgate aos colegas faltosos, acolher diariamente os alunos até mesmo em assuntos pessoais, priorizar metodologias com protagonismo estudantil e fazer adaptação curricular e avaliativa. São eles que trabalham com maior proximidade com os estudantes, então é ali que inicia o trabalho de prevenção da evasão escolar.

De acordo com Zurawski (2014), o coordenador pedagógico faz “com que a equipe de professores seja colaborativa, as crianças aprendam e as famílias participem do projeto educativo da escola”. Para tal precisam conhecer as competências e saberes de cada faixa etária. Ele contribui com o PPP, elabora projeto de intervenção com o comitê, organiza e acompanha os registros nos formulários, aplica avaliação diagnóstica e idealiza planos de atendimento de aceleração de aprendizagem e distorção idade/série no PEENZ.

Conforme os ensinamentos de Grinspun (2002), o principal papel da Orientação é “ajudar o aluno na formação de uma cidadania crítica, e a escola, na organização e realização de seu projeto pedagógico; isso significa ajudar nosso aluno ‘por inteiro’”. No PEENZ o orientador educacional deve viabilizar o desenvolvimento integral do estudante atuando e solicitando ações da equipe gestora, da equipe pedagógica e dos pais ou responsáveis. Ele organiza e compartilha as intervenções diretamente com as família e Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente. Nos casos que não há um profissional lotado especificadamente para esta função, o orientador educacional agrega as responsabilidades.

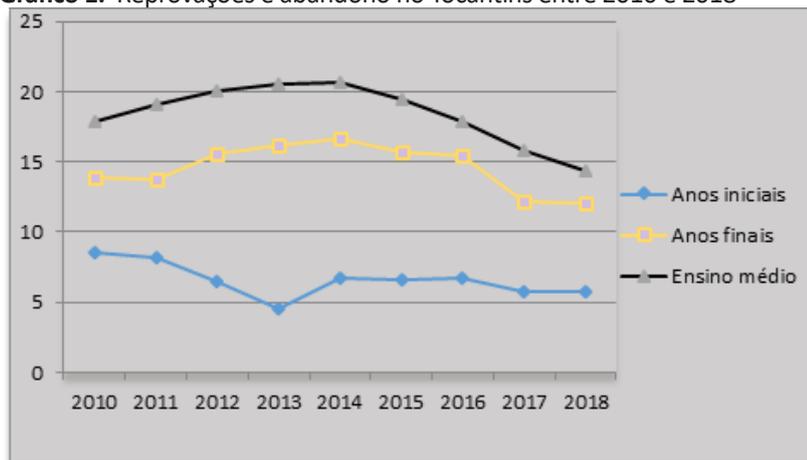
O diretor é considerado o líder da escola, ele é quem organiza a dinâmica dos funcionários e traça as metas de ensino. Dentro do PEENZ, o diretor realiza o diagnóstico do abandono escolar, propõe mecanismos de controle, assegura a existência de atividades preventivas da evasão no PPP, coordena os encontros e debates entre os profissionais, movimenta pessoal para localizar aluno

infrequente e preenche os formulários de controle do programa.

Dados da evasão escolar no Tocantins

Conforme os dados dos censos que justificam o PEENZ, extrai-se o Gráfico 1, o qual apresenta os dados de evasão escolar, entre os anos de 2010 e 2018, expostos pelo Inep.

Gráfico 1. Reprovações e abandono no Tocantins entre 2010 e 2018



Fonte: QEdU Academia (2020).

No gráfico verifica-se a soma da taxa de reprovação e a de abandono, no qual o limite de 5% indica que a necessidade de definir estratégias para conter a evasão escolar. Já o limite de 15% diz que a situação é crítica e que há necessidade de intervenção imediata no trabalho pedagógico.

Nota-se que entre 2012 e 2016 a situação dos anos finais e do ensino médio era crítica no país, fato que acarreta no aumento da distorção idade-série, isto é, com bastante alunos fora da sala de aula, a quantidade de estudantes com a “idade adequada” em cada série é reduzida.

Notícias de 2016 evidenciaram o avanço do Tocantins, como a reportagem de Mota (2016) no portal da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins, que apresenta o resultado de uma pesquisa da ONG Todos pela Educação em relação às taxas de conclusão do ensino médio na idade adequada. No Brasil, naquele ano, mais da metade dos alunos finalizaram o ensino médio na idade correta, enquanto que no Tocantins o salto foi de 32,3%.

Cartografia das estratégias de busca ativa: o recorte das unidades de ensino no Tocantins

Em conformidade com a Instrução Normativa (IN) nº 008, de 16 de outubro de 2020, a SEDUC estabelece diretrizes para a implantação e operacionalização do PEENZ nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino do Tocantins. Assim, consoante ao seu Art. 3º, aponta o objetivo de:

[...] implementar políticas públicas educacionais de prevenção e combate ao abandono escolar, evitando a infrequência e baixa frequência dos estudantes e efetivando o direito ao acesso, permanência e sucesso na Educação Básica da Rede Estadual de Ensino, promovendo a conquista e o direito à educação das crianças e adolescentes (TOCANTINS, 2020a).

Para isso, conforme Tocantins (2020c), o PEENZ está fundamentado na Carta Magna, nas

Legislações atinentes ao ECA e LDB, na Base Nacional Comum Curricular, no Documento Curricular do Tocantins e Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada e no Plano Estadual de Educação 2015-2025 (TOCANTINS, 2020c).

Diante disso, o PEENZ constitui atribuições à SEDUC, às Diretorias Regionais de Educação, Juventude e Esportes do Tocantins - DREJE e às Unidades Escolares para o desenvolvimento de medidas preventivas e de enfrentamento à exclusão escolar, relacionadas a articulação, integração e sensibilização dos envolvidos na busca ativa pelo processo de ensino-aprendizagem. Com isso, vem fortalecer a gestão participativa do Programa com a formalização de termos de cooperação com instituições públicas e civis, a partir da criação dos Comitês: Estadual, Regional e Escolar de Busca Ativa (TOCANTINS, 2020a).

Por sua vez, a escola deve instituir dois colegiados: o Comitê de Busca Ativa e a Escola de Família, ambos criados pelo Diretor da instituição e fundamentados na Constituição Federal de 1988, conforme IN nº 008 (TOCANTINS, 2020a), em seu Art. 8º, I, “§1º - Instituir a Escola de Família com fundamentação na Constituição Federal (...); §2º - Constituir na escola, o comitê de busca ativa escolar (...)”.

A IN também estabelece prazos para os entes atenderem às demandas de busca ativa e, conseqüentemente, articularem políticas públicas e ações conjuntas para assegurar o direito do estudante ao acesso, bem como a sua permanência na escola, além do sucesso acadêmico (TOCANTINS, 2020a).

Dessa maneira, verifica-se a importância da gestão democrática nesse processo, com a efetiva participação dos setores da comunidade escolar e da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Busca ativa adotadas pelas unidades de ensino jurisdicionadas às 13 DREJE: um caminho in(concluso)?

Em decorrência da pandemia provocada pela Covid-19 no início de 2020 no Brasil, foram estabelecidas medidas de segurança para reduzir os casos da doença e o número de óbitos, por meio da Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020 (BRASIL, 2020). Diante disso, no decorrer do ano as aulas presenciais foram suspensas e estavam funcionando à distância com recursos de plataformas digitais. Tão somente, em 29 de janeiro de 2021, que retomaram as aulas presenciais, no formato híbrido com a educação presencial e não presencial (TOCANTINS, 2020b).

Para esse funcionamento, houve necessidade de criação de plataformas digitais assessoradas por técnicos da Diretoria de Gestão da Educação Básica - DGEB (2021), vinculada à SEDUC, os quais também organizaram o relatório interno denominado Busca Ativa Escolar ano letivo 2020 e Desafios para 2021. Diante disso, foi possível mapear as estratégias realizadas pelas 493 escolas da Rede Estadual de Ensino do Tocantins, jurisdicionadas pelas 13 DREJE, em consonância com os dados do Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE) para sistematização e articulação das medidas de enfrentamento da evasão escolar entre os setores competentes.

Conforme Relatório da DGEB (2021), algumas estratégias de busca ativa escolar para os estudantes foram compiladas conforme quadro a seguir:

Quadro 1. Estratégias de Busca Ativa

Instituição, monitoramento e operacionalização de comitês de busca ativa e do PEENZ, observando os dispositivos e instrumentos de aplicabilidade;
Ligações e mensagens com incentivos aos estudantes/famílias (<i>WhatsApp</i> e rede sociais);
Material impresso;
Trabalho preventivo realizado por equipe escolar para incentivar e prestar assistência emocional, afetiva, educacional e social;
Criação de canais de escuta como incentivo de aulas diferenciadas e atrativas;
Trabalho realizado em parceria com as famílias;

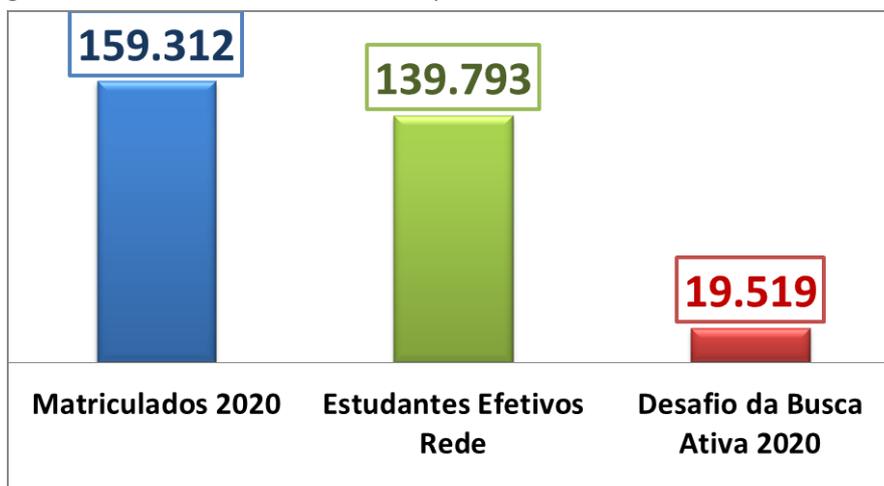
Monitoramento da frequência escolar pelo Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE), pela equipe da DREJE, professores e orientadores educacionais atuando preventivamente na evasão escolar;
Formação dos orientadores educacionais no Programa Olhar Atento;
Inclusão das ações de busca ativa no Projeto Político Pedagógico da escola;
Acompanhamento individualizado aos estudantes que apresentam dificuldade de aprendizagem e acesso (apoio logístico);
Realização de atividades de estímulo e incentivo aos estudantes por meio do Projeto de Vida e Protagonismo Juvenil;
Simulados e atividades pendentes;
Apoio aos docentes e colaboradores para o planejamento de aulas, formação e assessoria pelas plataformas virtuais, dentre outras.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em DGEB (2021).

As referidas estratégias têm como intuito atingir todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, com atenção especial aos estudantes que evadiram da escola. E por indicação do Conselho Estadual de Educação do Tocantins (CEE/TO) nº 009/2020, foi possível a integralização da carga horária desses estudantes com a oferta de reforço escolar para recuperação de aprendizagem em relação ao ano de 2020, até o dia 24 de março de 2021 (DEGEB, 2021).

O cenário do ano letivo de 2020, na volta às atividades educacionais presenciais e não presenciais da Rede Estadual de Ensino pode ser verificado na figura a seguir:

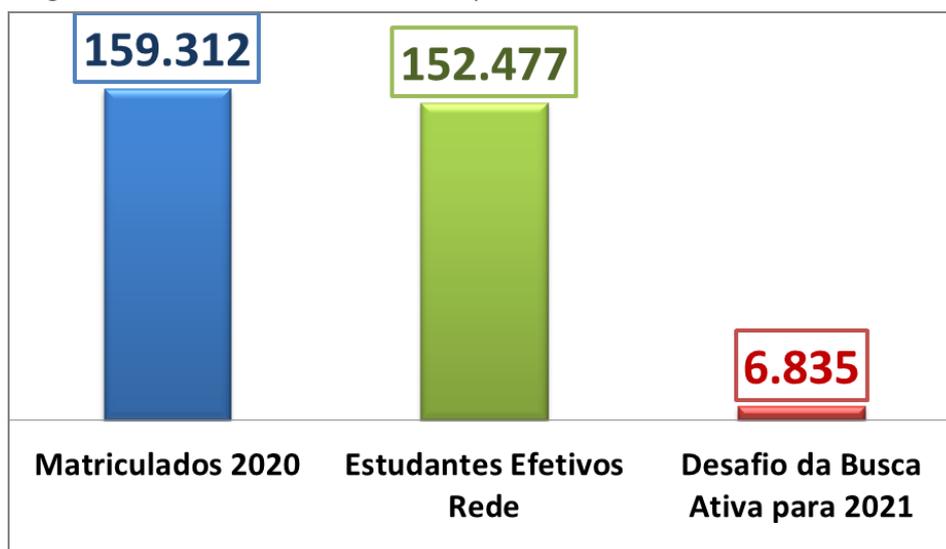
Figura 3. Cenário Desafio da Busca Ativa para 2020



Fonte: DGEB (2021, p. 6).

Diante da figura, verifica-se a necessidade de serem alcançados 19.519 alunos para o retorno as aulas no ano de 2020. Por sua vez, verifica-se conforme a Figura 4 a seguir, uma evolução ainda no ano de 2020, na quantidade alunos alcançados pelo Busca Ativa.

Figura 4. Cenário Desafio da Busca Ativa para 2021



Fonte: DGEB (2021).

Constatou-se pelas figuras 3 e 4 que ao longo do ano de 2020, 12.684 alunos foram alcançados pelo Programa de Busca Ativa, restando tão somente 6.835 para serem alcançados no ano de 2021.

Considerações Finais

A suspensão das aulas presenciais em decorrência da pandemia do Covid-19 foi um fenômeno que atingiu todos os sistemas de ensino no âmbito mundial que trouxe um retrato das fragilidades no âmbito da educação brasileira em atuar no combate à evasão escolar, especialmente em um momento em que vivendo o desmonte de políticas públicas de educação cada vez mais atreladas as relações internacionais e economia mundial.

Consequentemente, a educação por estar a serviço da reprodução do capital para atender o mercado de trabalho são vastas as fragilidades das escolas em atuar no combate à evasão, mediante o descomprometimento crescente do Estado, que a cada dia é mais dependente das relações internacionais e da economia mundial. Conforme Vieira (2019), a educação tende a atender mais às necessidades do mercado de trabalho e à reprodução do capital, no processo de alienação, do que servir de instrumento de emancipação humana.

Ademais, a evasão escolar alcança vários aspectos da vida do aluno que sai da escola, e consequentemente, afeta a sociedade, no tocante à questão da violência, criminalidade e vulnerabilidade. Os reflexos de uma sociedade capitalista neoliberal e desigual impõe uma condição de desapropriação de bens materiais e econômicos que repercutem nas classes populares mais afetadas pelo desemprego, ou empregos informais, pobreza e a marginalidade. Diante disso, o direito à escola fica prejudicado e a evasão se põe como antagonista à necessidade de trabalho precoce ou à sobrevivência.

Por meio do mapeamento das estratégias de busca ativa, realizados por unidades de ensino das 13 Diretorias Regionais de Educação, Juventude e Esportes do Tocantins - DREJE/TO, os objetivos foram alcançados, pois verificou-se um trabalho positivo na educação tocantinense no ano letivo de 2020, com ações para prevenção à evasão escolar, bem como para seu enfrentamento, devidamente monitorados pelo PEENZ, com o intuito de garantir aos alunos uma educação de qualidade, bem como seu acesso e permanência.

O PEENZ também exerce uma papel de grante importância, através dos comitês Escola de Família e Comitê de busca ativa, com estudos temáticos, por exemplo: 1) projeto de vida, autoconhecimento, empatia, cooperação, autocuidado, responsabilidade e cidadania, com representatividade da comunidade; 2) projeto de liderança e representatividade; e 3) Rede de

Proteção e conselho escolar (TOCANTINS, 2020a; 2020c).

Por fim, com base nos estudos, constatou-se que dos 159.312 alunos matriculados na Rede Estadual de Ensino, 19.519 acabaram abandonando a escola, entretanto, 12.684 retornaram às atividades escolares, devido ao empenho da busca ativa escolar, realizados pelos profissionais da educação. Assim, restaram 6.835 destes alunos sem concluírem o ano letivo de 2020.

Dessa forma, o fenômeno da evasão escolar necessita ser amplamente debatido no contexto sócio-educacional, com intuito de conscientizar a todos envolvidos nesse processo, bem como instigar novas pesquisas a respeito da temática.

Referências

DGEB - Diretoria de Gestão da Educação Básica. **Relatório da Diretoria de Gestão da Educação Básica**. Busca ativa escolar ano letivo 2020 e Desafios para 2021. Tocantins: Seduc, 2021.

FONTANA, F. Técnicas de Pesquisa. In: MAZUCATO, T. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis-SP: FUNEPE, 2018. p. 59-78.

GRINSPUN, Mirian P. S. Z. **A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 29.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**, 1 jun. 2020. Brasília, 2020a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>. Acesso em: 16 ago. 2020.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Conheça o Inep**. Brasília, 2020b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep>. Acesso em: 16 ago. 2020.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2019** [recurso eletrônico]. Brasília, 2020c. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf. Acesso em: 16 ago. 2020.

JUVENTUDES e a Pandemia do Coronavírus. 2ª ed. **Relatório Nacional**. Maio de 2021. Disponível em: <https://us.docs.wps.com/l/sIASMzrFp1I2zjwY>. Acesso em: 02 jan. 2022.

MIARKA, R.; MALTEMPI, M. V. O que será da Educação Matemática depois do Coronavírus?. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 34, n. 67, p. 3-4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4415v34n67e01>. Epub 14 Ago 2020. ISSN 1980-4415. Acesso em: 03 jan. 2022.

PORTILHO, Gabriela. Entenda as taxas de transição escolar e de rendimento dos alunos. **Revista Nova Escola**, 01 jun. 2012. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2849/entenda-as-taxas-de-transicao-escolar-e-de-rendimento-dos-alunos>. Acesso em: 16 ago. 2020.

PUGAS, S. A. CARVALHO, P. L. de; BARBOSA, L. L. C. **Programa Evasão Escolar Nota Zero: Caminhos percorridos para o acesso, a permanência e o sucesso do estudante na educação básica no contexto pandêmico do Tocantins em 2020**. In: XV CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. Inspirações, Espaços e Tempos da Educação. 2021.

QEDU ACADEMIA. **Taxas de rendimento**. 2020. [on-line]. Disponível em: <https://academia.qedu.org.br/censo-escolar/taxa-de-rendimento/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

TOCANTINS. Instrução Normativa nº 008, de 16 de outubro de 2020. Estabelece diretrizes para a operacionalização do Programa Evasão Escolar: Nota Zero, nas unidades escolares da Rede Estadual

de Ensino. **Diário Oficial nº 5721**. Ano XXXII - Estado do Tocantins, 10 de novembro de 2020, p. 14-19. (2020a). Disponível em: <https://diariooficial.to.gov.br/busca/?por=edicao&edicao=5721>. Acesso em: 12 jun. 2021.

TOCANTINS. **Plano de Retomada das Atividades Escolares Presenciais – Ensino Híbrido**. Práticas pedagógicas, de Gestão e Promoção da Saúde. (2020b). Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/plano-de-retomada-das-atividades-escolares-presenciais-ensino-hibrido/slhat9gve0c>. Acesso em: 28 jun. 2021.

TOCANTINS. **Programa Escolar Evasão Nota Zero (PEENZ)**. (2020c). Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/evasao-escolar-nota-zero/32letl55w8oh>. Acesso em: 12 jun. 2021.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil**: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2021.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **UNICEF lança novas estratégias para apoiar a educação infantil na pandemia**: Em live com a Undime, UNICEF discute os desafios da pandemia e apresenta novo guia e site do Deixa que Eu Conto e novos painéis de dados da Busca Ativa Escolar. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-lanca-novas-estrategias-para-apoiar-educacao-infantil-na-pandemia>. Acesso em: 09 dez 2021.

RATIER, Rodrigo. Como manter todos na escola. **Revista Nova Escola**. 2010. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1004/como-manter-todos-na-escola>. Acesso em: 16 jan. 2022.

SANTOS, B. de S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, 2020. ISBN 978-972-40-8496-1.

VIEIRA, C. L. **A (Re) Produção do Fenômeno “Evasão Escolar” no Bairro da Vitória – Goiânia (Go)**. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia (GO). 2019. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/4456/2/Claudete%20L%c3%bacia%20Vieira.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ZURAWSKI, Paula. O coordenador pedagógico como formador. **Revista Nova Escola**, Gestão, abr./2014. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/150/o-coordenador-pedagogico-como-formador>. Acesso em: 16 dez. 2021.

Recebido em 31 de janeiro de 2023.

Aceito em 22 de março de 2023.